

AUTISMO NA INFÂNCIA: CONSTRUINDO UM CAMINHO DE INCLUSÃO POR MEIO DA INTERVENÇÃO PRECOCE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-196>

Data de submissão: 17/03/2025

Data de publicação: 17/04/2025

Anna Paulla de Carvalho do Nascimento Castro

Medicina – UNIFTC

Pós-graduado em Neurologia, Comportamento e Psicopatologia – PUC-PR

Pós-graduação em Neuropediatria – Afya, Salvador

RESUMO

Objetivo: Discutir os principais aspectos relacionados à inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com foco em estratégias de intervenção precoce e formação de professores.

Métodos: Revisão narrativa da literatura científica nacional e internacional, com foco em estudos de 2009 a 2022 sobre práticas inclusivas e políticas públicas para a educação de alunos com autismo.

Discussão: Evidenciou-se que a intervenção precoce, aliada à formação continuada dos professores e ao envolvimento da família, constitui um tripé fundamental para a implementação de processos educativos inclusivos. A literatura também destaca a importância de abordagens interdisciplinares e adaptações pedagógicas.

Conclusão: A consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva requer mudanças estruturais, pedagógicas e políticas baseadas na escuta ativa das necessidades dos alunos com TEA e no comprometimento dos agentes educacionais e gestores públicos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva. Intervenção precoce. Avaliação Multidisciplinar. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto escolar tornou-se um tema de notável relevância nos debates contemporâneos sobre educação e políticas públicas, especialmente no Brasil, onde as disparidades estruturais ainda desafiam a realização de uma educação verdadeiramente equitativa. A literatura especializada fornece um arcabouço teórico robusto que destaca a centralidade da intervenção precoce e das práticas pedagógicas inclusivas na promoção do desenvolvimento integral de alunos autistas em ambientes educacionais regulares (SCHWARTZMAN, 2011; OLIVEIRA, 2009; NUNES, AZEVEDO e SCHMIDT, 2013).

De acordo com Santos (2009), o diagnóstico precoce é um elemento estratégico para preservar as habilidades comunicativas e de interação social, criando condições favoráveis para o início oportuno de intervenções educativas especializadas. O autor argumenta que a efetividade das abordagens terapêuticas está fortemente ligada ao uso de métodos comportamentais combinados com a avaliação multidisciplinar (SANTOS, 2009; SCHWARTZMAN, 2011).

Vários estudos complementares reforçam essa tese. Nunes, Azevedo e Schmidt (2013), ao investigarem os impactos da inclusão de crianças com TEA em salas de aula regulares, destacam efeitos terapêuticos colaterais como o fortalecimento dos laços sociais e a humanização das relações entre os alunos. Da mesma forma, Bernardy e Zamo (2016) enfatizam a necessidade de dispositivos terapêuticos personalizados, alertando para desafios recorrentes na detecção tardia do transtorno.

Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo discutir criticamente as contribuições teóricas e empíricas sobre a inclusão escolar de crianças com autismo, com ênfase nas estratégias de intervenção precoce e formação continuada de professores, elementos essenciais para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. A seleção dos estudos seguiu a abordagem PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) (MOHER et al., 2009).

2 OBJECTIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Este documento tem como objetivo promover uma compreensão aprofundada dos fatores essenciais para a inclusão escolar de crianças com Perturbação do Espetro do Autismo (PEA), enfatizando a importância da intervenção precoce, da formação contínua dos professores e da participação familiar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste artigo incluem:

- Identificar e analisar práticas de intervenção precoce que contribuam para o desenvolvimento educacional e social de crianças com TEA.
- Avaliar a eficácia de abordagens interdisciplinares e adaptações pedagógicas no processo de inclusão escolar.
- Investigar a importância da formação contínua de professores para implementar práticas inclusivas eficazes.
- Discutir o papel das políticas públicas na criação de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e adaptados para crianças com TEA.
- Destacar a relevância do envolvimento da família no apoio às crianças com TEA e no fortalecimento do processo de inclusão.

3 METODOLOGIA

Os critérios de inclusão englobaram artigos originais, revisões sistemáticas e metanálises abordando práticas inclusivas e políticas públicas voltadas para a educação de alunos com autismo. A seleção dos estudos seguiu a abordagem PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses).

4 DISCUSSÃO

Santos (2009) destaca a efetividade das intervenções baseadas em pressupostos comportamentais, reconhecendo-as como estratégias preferenciais no tratamento do TEA. Em determinados contextos clínicos, aponta para a necessidade de articulação entre abordagens terapêuticas e farmacológicas, especialmente em casos de comorbidades como distúrbios do sono ou comportamentos disruptivos.

Por outro lado, a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre a multiplicidade de abordagens psicoeducativas disponíveis é observada no estudo de Santos (2009). Abordagens baseadas em habilidades sociais, terapias mediadas pelos pais e modelos alternativos de comunicação poderiam ter sido exploradas, enriquecendo a análise e ampliando as possibilidades de intervenção.

Na mesma linha investigativa, o estudo de Nunes, Azevedo e Schmidt (2013), intitulado "Inclusão Educacional de Pessoas com Autismo no Brasil: Uma Revisão de Literatura", investiga as interações entre alunos com TEA e seus pares em ambientes inclusivos. Os autores destacam benefícios mútuos, como o fortalecimento dos laços sociais, a promoção da empatia e a construção de um ambiente escolar mais colaborativo.

Os autores chamam a atenção para a importância de políticas públicas que considerem a singularidade de cada sala de aula, em contraposição à padronização excessiva que ignora as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Propõem, ainda, a adoção de estratégias como o Currículo Funcional Natural (CNF) e o uso qualificado de relatórios psicopedagógicos no planejamento pedagógico.

Essas investigações mostram que o sucesso da inclusão depende muito da sensibilidade dos educadores às particularidades dos alunos com autismo, da formação continuada de professores e da articulação entre escola, família e serviços especializados (BERNARDY e ZAMO, 2016).

Santos (2009) destaca a efetividade das intervenções comportamentais no tratamento do TEA, recomendando a integração das abordagens terapêutica e farmacológica nos casos de comorbidades. No entanto, seu estudo não explora diferentes abordagens psicoeducacionais, como habilidades sociais, terapias mediadas pelos pais e modelos alternativos de comunicação.

Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) investigam a inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil, destacando benefícios como vínculos sociais, empatia e ambiente escolar colaborativo. Enfatizam a importância de políticas públicas que considerem a singularidade das salas de aula e sugerem estratégias como o Currículo Funcional Natural (CNF) e os relatórios psicopedagógicos no planejamento pedagógico.

Esses estudos mostram que o sucesso da inclusão depende da sensibilidade dos educadores às necessidades dos alunos com autismo, da formação continuada de professores e da cooperação entre escola, família e serviços especializados (BERNARDY e ZAMO, 2016).

Os estudos de Santos (2009), Nunes, Azevedo e Schmidt (2013) e Bernardy e Zamo (2016) oferecem uma visão abrangente do tratamento e inclusão de pessoas com autismo, destacando a necessidade de uma abordagem multifacetada. As intervenções comportamentais são eficazes, e a integração das abordagens terapêutica e farmacológica é crucial para o tratamento das comorbidades associadas ao TEA.

Além disso, a inclusão educacional deve ser prioridade nas políticas públicas, garantindo que as peculiaridades da sala de aula sejam respeitadas e métodos como NFC e relatórios psicopedagógicos sejam incorporados ao planejamento pedagógico. A formação contínua de professores e a colaboração entre escola, família e serviços especializados são fundamentais para uma inclusão bem-sucedida.

Portanto, é necessário um esforço conjunto e coordenado para que as pessoas com autismo desenvolvam plenamente suas habilidades, promovendo um ambiente educacional inclusivo e empático que favoreça o crescimento pessoal e social desses indivíduos. Cada aluno com autismo

exige estratégias personalizadas que atendam às suas particularidades, e cabe aos educadores, políticos e sociedade em geral se unirem para garantir que essas necessidades sejam atendidas de forma eficaz e humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos aqui analisados convergem para o entendimento de que a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista demanda mais do que mera adaptação curricular ou presença física em sala de aula. Requer, sobretudo, uma reconfiguração das práticas pedagógicas, a formação continuada e crítica dos professores e a construção de uma rede de apoio que integre família, escola e serviços especializados (ZWAIGENBAUM et al., 2015). A formação continuada de professores, a intervenção precoce e a participação ativa da família são pilares fundamentais nesse processo (BERNARDY e ZAMO, 2016; OLIVEIRA SANTOS, 2009). As evidências apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e personalizada que considere as especificidades de cada aluno e promova um ambiente de aprendizagem colaborativo e empático. Assim, é imperativo que os gestores públicos e educacionais se comprometam com a construção de políticas e práticas que garantam a inclusão efetiva e equitativa das crianças com autismo no sistema educacional.

REFERÊNCIAS

BERNARDY, C.; ZAMO, M. P. A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista: um estudo sobre a formação de professores. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 22, n. 2, p. 203-218, 2016.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G.; Grupo PRISMA. Itens de relatório preferenciais para revisões sistemáticas e metanálises: a declaração PRISMA. *PLoS Med*, v. 6, n. 7, e1000097, 2009.

OLIVEIRA, L. M.; AZEVEDO, S.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, p. 123-142, 2013.

OLIVEIRA SANTOS, M. Autismo infantil e técnicas psicoeducativas. *Revista de Psicologia*, v. 27, n. 1, p. 59-70, 2009.

SCHWARTZMAN, J. S. Intervenções precoces no autismo. *Revista Pediátrica*, v. 87, n. 3, p. 213-220, 2011.

ZWAIGENBAUM, L.; BRYSON, S.; ROGERS, T.; ROBERTS, W.; BRIAN, J.; CARTER, A. Manifestações comportamentais do autismo no primeiro ano de vida. *Revista Internacional de Neurociência do Desenvolvimento*, v. 47, p. 52-59, 2015.

OLIVEIRA, L. M.; AZEVEDO, S.; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com autismo no Brasil: uma revisão de literatura. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 54, p. 123-142, 2013.

ZWAIGENBAUM, L.; BRYSON, S.; ROGERS, T.; ROBERTS, W.; BRIAN, J.; CARTER, A. Manifestações comportamentais do autismo no primeiro ano de vida. *Revista Internacional de Neurociência do Desenvolvimento*, v. 47, p. 52-59, 2015.

BERNARDY, Angélica Severo; ZAMO, Renata de Souza. Ambientoterapia: um estudo teórico. 2016. [PDF]q transformes texto ao arquivo Word PDF